



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE
- Estância Balneária

**LEI Nº 2.402,
DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021.**

Autoria: Executivo

INSTITUI, NO ANO LETIVO DE 2021, EM CARÁTER EMERGENCIAL, DURANTE O PERÍODO DE PANDEMIA CAUSADA PELO CORONAVÍRUS, A CONCESSÃO DA BOLSA ALIMENTAÇÃO AOS ESTUDANTES CARENTES MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

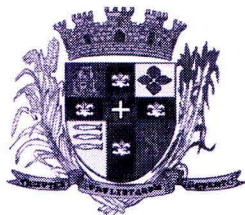
WILSON ALMEIDA LIMA, Prefeito de Iguape – Estância Balneária, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal em Sessão Ordinária, realizada em 22 de fevereiro de 2021, aprovou por 12 votos favoráveis, e por isso sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituído no ano letivo de 2021, em caráter emergencial e precário, pelo período de fevereiro, março e abril, o programa de bolsa alimentação aos estudantes matriculados regularmente na rede municipal de ensino de Iguape, cujas famílias tenham registros ativos no Cadastro para Programas Sociais – CadÚnico, do Governo Federal, instituído pelo Decreto 6.135, de 26 de junho de 2007.

§ 1º - Cada estudante beneficiário receberá, a título de alimentação, por meio seu representante legal ou judicial, regularmente inscrito no CadÚnico, o valor de R\$ 60,00 (sessenta reais), por mês.

§ 2º - A bolsa alimentação prevista nesta lei poderá ser concedida mediante crédito liberado por meio de cartão magnético disponibilizado às famílias beneficiárias, destinado à aquisição de produtos alimentícios na rede comercial local, até o dia 15 do mês subsequente ao período do auxílio.

§ 3º - Em caso de continuidade das circunstâncias fáticas que impõem a manutenção de aulas no sistema remoto, com distanciamento social e permanência dos alunos em suas residências, a critério do Poder Executivo, poderá haver prorrogação do programa instituído por esta lei, atendidas exigências orçamentárias.



PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUAPE
- Estância Balneária

Art. 2º - A Prefeitura Municipal, por intermédio do Departamento Municipal de Educação, deverá adotar as providências e medidas administrativas necessárias para implantação do programa previsto nesta lei, inclusive de ordem fiscalizatória.

Art. 3º - Os recursos destinados a suportar os gastos com este programa advêm da unidade orçamentária 02.13.00, funcional programática 08.244.0026.2450, categoria econômica 3.3.90.39.00.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE IGUAPE
EM 23 DE FEVEREIRO DE 2021


WILSON ALMEIDA LIMA
PREFEITO